

## O “TRABALHAR” PARA A IMIGRAÇÃO INVOLUNTÁRIA: FRONTEIRAS DA ADAPTAÇÃO SOCIOCULTURAL

THE 'WORKING' FOR INVOLUNTARY IMMIGRATION: BOUNDARIES OF  
SOCIOCULTURAL ADAPTATION

Suelen Frainer<sup>1</sup>  
Suzana Rosa Tolfo<sup>2</sup>  
Beatriz Kohler<sup>3</sup>

**RESUMO:** A imigração involuntária implica em rupturas de projetos de vida e as principais possibilidades de adaptação sociocultural no país de acolhimento perpassam iniciativas em busca de um trabalho. Este artigo visa identificar experiências de imigrantes involuntários venezuelanos no emprego formal que facilitam na adaptação sociocultural. O método privilegiou uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, com coleta de dados por meio de dois instrumentos: uma adaptação do Formulário Sociodemográfico Intercultural e um roteiro de entrevista semiestruturado. Para tanto, participaram da pesquisa oito imigrantes venezuelanos que residiam na Microrregional de Blumenau-SC e os dados obtidos por eles receberam tratamento via técnica de análise de conteúdo. A primeira categoria analisa o “trabalhar” do imigrante involuntário no pré e pós migratório. Na segunda, são complementados os impactos do trabalho na adaptação sociocultural, pelas restritas oportunidades, o suprimento das necessidades básicas e, por fim, a precarização na aprendizagem do idioma. Reforça-se a importância da criação e manutenção de políticas de integração de imigrantes involuntários via empregos de qualidade no âmbito público e privado.

**Palavras-chave:** refúgio; imigração involuntária; trabalho; adaptação.

**ABSTRACT:** *Involuntary immigration entails disruptions in life projects, with the primary possibilities for sociocultural adaptation in the host country often revolving around seeking employment. This article aims to identify the experiences of Venezuelan involuntary immigrant in formal employment that facilitate sociocultural adaptation. The method prioritizes a qualitative, descriptive, and exploratory approach, with data collection conducted through two instruments: and adapted version of the Intercultural Sociodemographic Form and a semi-structured interview guide. The study involved eight Venezuelan immigrants residing in the Blumenau-SC micro-region, and the data they provided were analyzed using content analysis techniques. The first category examines the “working” experiences of involuntary immigrants in both pre- and post-migration contexts. The second category explores the impacts of employment on sociocultural adaptation, highlighting limited opportunities, the*

---

<sup>1</sup> Psicóloga (CRP – 12/16866) pelo Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. Especialista em Avaliação Psicológica (IPOG), mestra e doutoranda em Psicologia das Organizações e do Trabalho (UFSC). E-mail: suelen.frainer@unifebe.edu.br.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia - UFSC. E-mail: srtolfo14@gmail.com.

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. E-mail: beatriz.kohler@unifebe.edu.br.

*fulfillment of basic needs, and, finally, the challenges of language acquisition due to precarious conditions. The study emphasizes the importance of creating and maintaining integration policies for involuntary immigrants through quality employment in both public and private sectors.*

**Keywords:** *refuge; involuntary immigration; work; adaptation.*

## 1 INTRODUÇÃO

O atravessamento de fronteiras pelos imigrantes pode ter impactos psíquicos distintos a depender da voluntariedade dele. Se voluntário, compreende-se que há um projeto de vida e condições de retorno ao país de origem. Se involuntário, a imigração é marcada pela falta de planejamento prévio e impossibilidade de retorno, pois denotaria uma ameaça à vida (Martins-Borges, 2013). Diante da precarização imbuída no processo pré e pós migratório, há níveis significativos de desagregação social em diversas esferas, inclusive no trabalho (Pussetti, 2009).

A aproximação do imigrante involuntário com o trabalho é imediata no Brasil, visto que, de forma emergente, este necessita satisfazer as necessidades indispensáveis como comida e moradia para si e, por vezes, para seus familiares. No entanto, o mercado de trabalho formal, principal meio de subsistência da “classe que vive do trabalho”, é permeado por contextos desiguais e o acesso a empregos qualificados, adequadamente remunerados, com tratamento digno são restritos a uma parcela específica de pessoas no mundo, da qual imigrantes involuntários parecem não fazer parte. Reverter esse cenário só é possível com base em estratégias eficazes e embasadas por políticas públicas e privadas que promovam qualidade no trabalho, como é o caso das diretrizes que norteiam práticas de dignidade no trabalho (Organização Internacional do Trabalho, OIT, 1999; Pussetti, 2009).

Dada a sua importância para minimizar as debilidades e desvantagens que elevam a marginalização de imigrantes involuntários, escolheu-se abordar, com destaque nesta pesquisa sobre meios de facilitar a adaptação sociocultural de Berry (2001) a partir dos impactos de práticas relacionadas ao trabalho. Para isso, discutir-se-á sobre quatro estágios ao longo deste artigo: assimilação, separação, marginalização e integração. O primeiro se refere à quando um indivíduo pretende manter sua identidade cultural e busca se adaptar à outra cultura diariamente. A segunda, acontece em contraste à assimilação, quando o indivíduo prefere manter a sua cultura e evita o contato com outras. No ato de se distanciar e com pouco interesse aprender sobre outras culturas há o processo de “marginalização”. Por fim, a integração se dá quando se mantém a cultura de origem, ao passo que ele também procura participar e conhecer a outra cultura que agora vivência. Tendo isso conhecido, o processo poderá ser facilitado pelo investimento holístico da sociedade em contribuir para que haja um amplo acesso aos direitos e recursos sociais que viabilizem o respeito ao imigrante em sua cidadania, autonomia e singularidades (Berry, 2001).

Desta forma, e em que pese a vastidão de relevâncias que se pode destacar no intrincado cenário do trabalho para a adaptação sociocultural de imigrantes involuntários, destaca-se na esfera social, a produção de conhecimento sobre práticas que promovam os direitos fundamentais do trabalho e empregos de qualidade para esta população. Isto é importante estratégia pois, diante da situação de vulnerabilidade social ao qual o imigrante involuntário se encontra, o trabalho, se experienciado pelas diretrizes que se aproximam de condições dignas, tem potencial

para facilitar a adaptação sociocultural. Na esfera científica, ao fugir das generalizações ou patologização da imigração, pretendeu-se dispor de um olhar psicossocial para a adaptação sociocultural que mira nos caminhos subjetivos para compreendê-lo (Berry, 2001). Na gênese de demandas sociais e científicas, que emerge a pergunta deste estudo: “Quais práticas de trabalho que, na percepção de imigrantes involuntários venezuelanos impactam na adaptação sociocultural?”.

Diante de tal indagação, este artigo tem como objetivo identificar experiências de imigrantes involuntários venezuelanos no emprego formal que facilitam a adaptação sociocultural.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 IMIGRAÇÃO INVOLUNTÁRIA VENEZUELA E O SEU “TRABALHAR”

Em 2023, 58.628 mil imigrantes solicitaram refúgio no Brasil, sendo que 50,3% desses pedidos foram feitos por pessoas de nacionalidade venezuelana. Entre os solicitantes homens, 47,1% eram venezuelanos, enquanto entre as mulheres, 54,7% eram também de nacionalidade venezuelana (Junger da Silva *et al*, 2024). Esses dados fazem com que fique cada vez mais em evidência a emergência vivida na República Bolivariana da Venezuela.

Decorrente da instabilidade social, política e econômica que assola o país desde 2014, houve uma desvalorização exponencial da moeda nacional, o que diminuiu radicalmente o poder de compra, e corroborou com a falta de produtos básicos para subsistência como, remédios e alimentação. Segundo a Matriz de Monitoramento de Deslocamento elaborada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), 67% das pessoas que migraram destacam serem motivadas por fatores econômicos e laborais e, na sequência, com 22%, falta de alimento e serviços médicos. Desta forma, compreende-se que, por um lado, há quem busque o refúgio pela crise do desemprego, pois se encontram sem meios adequados de sobrevivência. Por outro, há os migrantes econômicos que, mesmo empregados, não conseguem, da mesma forma, com seus trabalhos subsidiar o sustento da família com mantimentos básicos, como a alimentação e serviços médicos (Organização Internacional para as Migrações, OIM, 2018).

De qualquer forma, em relação a situação vigente, optar por permanecer ou partir deixou de ser uma escolha, o que prevê o abandono de relações, posição social e profissional, língua e “o mundo” que constituía essas pessoas até aquele momento. Diante disso são diversos os impactos psíquicos, que podem gerar isolamento social, tristeza profunda, queixas somáticas no processo de cruzar fronteiras e pós-migratório (Martins-Borges, 2013).

Moreira *et al* (2023) destaca que no contexto da imigração venezuelana, o sofrimento não está apenas relacionado à fuga das condições extremas do país de origem, mas também às dificuldades de inserção no novo ambiente. A transição envolve o enfretamento de barreiras sociais e culturais, como preconceitos, estigmatização e o desafio de reconstruir uma identidade em um novo contexto (Cunha *et al*, 2024).

Desta forma, não há como alcançar o panorama real da destituição de dignidade o qual cada imigrante vivenciou no seu país de origem e vivenciará no pós-migratório. Diante de fatores multidimensionais que envolve a linguística, cultura, política, economia, o sofrimento daquele que imigra é potencialmente ampliado pelas barreiras envolvendo a documentação e o status migratório, a precariedade das

condições de moradia e, claro, de trabalho (Martins-Borges, 2013; Pussetti, 2009). Desse modo, o “trabalhar”, esfera escolhida nesta pesquisa, é um elemento que dá base à reconfiguração do projeto de vida, emancipação e facilita a adaptação sociocultural de imigrantes no Brasil, sê em condições dignas (Capistrano, 2021; Ferraro et al., 2018c).

## 2.2 O “TRABALHAR” E SEU IMPACTO PSICOSSOCIAL

Neste estudo, adota-se a concepção de “trabalhar” em vez de “trabalho”. Enquanto o segundo termo é geralmente considerado mais estável, o “trabalhar” é compreendido como uma ação dinâmica, um processo de atividades humanas inseridas em um contexto social (Blustein, 2013). Essa perspectiva permite observar a dinamicidade do “trabalhar” entre populações que migram involuntariamente, como evidenciam os números. Entre 2010 e 2018, foram emitidas 305.796 Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) a migrantes, das quais 60% destinaram-se a trabalhadores migrantes permanentes e 28,7% a solicitantes de refúgio e refugiados (OIM, 2018).

Contudo, no auge da migração venezuelana, entre 2017 e 2018, ocorreu uma inversão nesse perfil. Nesse período, as CTPS concedidas a trabalhadores migrantes permanentes representaram apenas 29,9% dos casos, enquanto as emitidas a solicitantes de refúgio e refugiados cresceram significativamente, somando 57,7% da demanda.

Portar uma CTPS e um protocolo provisório que permite a obtenção de um Cadastro de Pessoa Física (CPF) habilita o imigrante a trabalhar formalmente no Brasil, em condições equiparadas às de qualquer outro trabalhador (Capistrano, 2021). Apesar disso, o vínculo empregatício não garante, por si só, boas condições de trabalho. Para aqueles em situação de desfiliação social — como falta de acesso à habitação e educação —, o emprego formal continua sendo a principal forma de filiação à cidadania, tornando-se um ponto de partida para análises sobre a adaptação sociocultural de imigrantes involuntários (Berry, 2001).

O “trabalhar” tem um potencial transformador na realidade de pessoas em situação de vulnerabilidade, como os imigrantes involuntários, ao proporcionar assalariamento, desenvolvimento pessoal e até mesmo a construção de referências culturais. Além disso, oferece oportunidades de reconhecimento pessoal e de interação com o outro, fomentando fatores protetivos como autodeterminação e conexão social (Blustein, 2013). No entanto, a relação entre o emprego formal e boas práticas de trabalho que promovam a integração não é consistente (Mocelin, 2011). Superar essa lacuna exige estratégias eficazes, embasadas em políticas públicas e privadas que promovam a qualidade no trabalho, alinhadas às diretrizes de trabalho digno.

Garantir boas práticas de trabalho no complexo contexto organizacional não apenas contribui para a qualidade de vida dos trabalhadores, mas também gera impactos socialmente responsáveis que extrapolam os muros das organizações. Para a população que imigra involuntariamente, o emprego formal é uma fonte de renda essencial, tanto para o sustento próprio quanto para o auxílio aos familiares que os acompanham ou permanecem no país de origem. Além disso, benefícios e direitos trabalhistas associados ao setor formal desempenham um papel crucial na facilitação da adaptação sociocultural desses trabalhadores (Cipriani, Ferraro, Oderich, 2021; Ferraro, Pais, Santos, & Moreira, 2018a; Pouyaud, 2016).

### 3 MÉTODO

O presente estudo é de abordagem qualitativa, natureza aplicada, com corte transversal, cujo objetivo é descritivo e exploratório. Como critérios de inclusão, os participantes deveriam possuir idade igual ou superior a 18 anos no momento da coleta de dados e ter uma relação de emprego há mais de seis meses em uma organização da microrregional de Blumenau-SC. O acesso aos participantes privilegiou uma amostragem não probabilística e pela técnica bola-de-neve (*snowball*) (Vinuto, 2014) conforme indicações da sociedade civil e instituições públicas conhecidos na região por apoiar imigrantes em situação de vulnerabilidade. Foram contados 18 potenciais entrevistados, porém, somente oito (8) aceitaram e responderam à coleta que ocorreu entre junho e julho de 2022. Devido a este fato, alguns dados não foram saturados pelas repetidas percepções sobre os temas, deixando ainda lacunas que se transformaram em questionamentos no decorrer da análise e discussão dos dados (Fontanella, Ricas, & Turato, 2008). Desta forma, mesmo diante de impasses, a relevância do conteúdo coletado engajou as pesquisadoras a fazer ecoar a “voz” daqueles que aceitaram participar, mas também oferecer “som” ao silêncio das evidências que potencialmente seriam exploradas.

#### 3.1 PARTICIPANTES

Participaram desta pesquisa oito (8) imigrantes venezuelanos, sendo seis (6) homens e duas (2) mulheres cis gêneros, com idade entre 19 e 54 anos (média= 32,5 anos). No momento da coleta de dados todos residiam e trabalhavam em organizações de um Município da microrregional de Blumenau, totalizando seis (6) empresas diferentes. Sobre o estado civil, cinco (5) possuíam cônjuges e três (3) eram solteiros. No que se refere a ter filhos, seis (6) participantes eram pais e apenas dois (2) não. Todos eles moravam em casas alugadas com pessoas de nacionalidade venezuelana.

Todos eles concluíram ensino médio (nível básico de qualificação para o mercado de trabalho segundo a OECD), dois (2) estavam cursando ensino superior (Produção em alimentos e Engenharia Civil) e outros dois (2) já haviam finalizado (Segurança industrial e Administração). Todas estas formações foram cursadas na Venezuela e aqueles que ainda estavam finalizando, interromperam os estudos ao imigrarem.

Sobre o trabalho e ocupação, antes da migração, todos os participantes possuíam um trabalho remunerado. Destes, três (3) trabalhavam no próprio negócio familiar. Outros cinco (5) tinham relação empregatícia em diferentes empresas: um (1) em uma empresa petroleira; um (1) atuava na construção civil; um (1) em uma função cultural; um (1) em segurança do trabalho e por último, um (1) em uma indústria alimentar.

No período da coleta, todos tinham relação empregatícia formal em indústrias, sendo elas do setor têxtil e metalúrgica. Todos eles vivem com uma renda maior que um salário-mínimo, mas nenhum ultrapassa a soma de dois, sendo a média geral R\$ 1.877,25 e mencionaram perceber terem melhores condições de vida no Brasil, apesar de pagarem apenas as despesas mensais e não conseguirem guardar dinheiro.

No que concerne a língua materna, todos falavam o idioma espanhol e estavam aprendendo português, língua que não conheciam antes de migrar. Os deslocamentos aconteceram nos anos de 2017 (2), 2018 (2) e 2019 (4).

### 3.2 INSTRUMENTOS

Os instrumentos utilizados foram um roteiro de entrevista semiestruturado e um formulário sociodemográfico intercultural que foi adaptado de acordo com os objetivos de caracterização dos participantes (Nascimento, 2021). As entrevistas foram conduzidas de forma que os participantes pudessem se expressar livremente sobre temas relacionados a percepção do trabalho pré e pós-migratório, identificando a compreensão de como ele facilita ou não a adaptação sociocultural (Berry, 2001).

### 3.3 ASPECTOS ÉTICOS

Sobre aspectos éticos, esta pesquisa foi aprovada pelo Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade OCULTO sob protocolo nº. OCULTO. Na fase de coleta de dados, oito participantes receberam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) adaptado para o estilo pergunta-reposta na língua materna do participante (espanhol) com o objetivo de simplificá-lo. Foram apresentados os princípios éticos da pesquisa, as garantias de autonomia, não maleficência, beneficências e sigilo de identidade. Com o consentimento e assinatura do TCLE, as entrevistas individuais foram registradas por meio de um gravador de áudio.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Sem utilizar um *software*, os dados que compreenderam 06h32 receberam o tratamento pela técnica da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), com sugestões adicionais de Van Langenhove e Harré (1993). Na pré-análise, as transcrições foram lidas repetidas vezes para organizar uma estrutura do conteúdo que informasse sobre temas de exploração. Na análise vertical, foi verificada a frequência dos principais elementos observados nas frases e ideias extraídas. Na análise horizontal os relatos foram agrupados por seu conteúdo compartilhado e contrastados com demais pesquisas identificadas e relevantes sobre trabalho e a adaptação sociocultural de imigrantes involuntários (Berry, 2001; Martins-Borges, 2013). Por fim, optou-se por manter as falas que foram ditas pelos participantes conforme compreensão da pesquisadora, o que justifica os aparentes erros ortográficos.

Ao discorrer sobre os conteúdos e em consonância com a preservação do anonimato dos nomes verídicos, foram atribuídos a eles nomes fictícios de pedras preciosas, escolhidos pelas pesquisadoras de forma aleatória: Esmeralda, Jade, Rubi, Safira, Diamante, Opala, Turquesa e Citrino. Esta escolha se deu especialmente pela perspectiva das pesquisadoras ao se depararem com características dos participantes que seriam semelhantes a estes itens: a grandeza dos relatos obtidos, firmeza nas palavras como uma rocha, e por fim, a beleza no ato de lutar pela vida.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É no limbo entre aquilo que está além do resguardo trabalhista, mas nem próximo de um trabalho que é considerando realizante, que os resultados desta pesquisa se desdobram em duas categorias. A primeira, o “trabalhar” do imigrante involuntário, é composto pelas unidades temáticas: 1) trabalho pré-migratório; e o 2) trabalho pós-migratório. A segunda categoria, os impactos do trabalho na adaptação sociocultural, discorre sobre as unidades temáticas: 1) oportunidades de trabalho; 2) suprimento das necessidades básicas; e 3) aprendizagem do idioma.

### 5.1 O “TRABALHAR” DO IMIGRANTE INVOLUNTÁRIO

A categoria sobre o “trabalhar” do imigrante involuntário, apresenta como primeira unidade temática a análise sobre o *trabalho pré-migratório*. Antes de imigrar os participantes expressam sobre qualificar-se, crescerem na empresa que trabalhavam e até se prepararem para empreender nos negócios familiares. Como pode ser visualizado no relato de Safira, havia satisfação e perspectiva de crescimento em sua atuação laboral:

*Eu estava estudando, estava trabalhando e eles me falaram, ou quando eu tivesse o título integrado eu conseguiria a vaga de supervisor, como segurança industrial e estava bem contente. Eu estudei três anos e meio. [...] O venezuelano não tinha em mente de emigrar. (Safira)*

Para além de uma caracterização de um tempo histórico e do antigo espaço geográfico que ocupavam, tal relato abarca sobre um investimento de energia, tempo e recursos com base na trilha de carreira que pretendiam seguir, além de projeções e sonhos da família e comunidade que os cercavam (Ferreira *et al.*, 2022). No entanto, a experiência de trabalho no país de origem foi drasticamente mudada, como pode ser observado na fala do participante Turquesa, que menciona como o trabalho foi atingido nessa época pois não havia mais salário e matéria-prima:

*Ai o problema do governo começou a acontecer. Aí os salários foram parados. Eles mandaram todo mundo embora. Aí eu não conseguia emprego nas indústrias porque elas foram embora. Muitos venezuelanos tiveram que vender todos os seus bens lá para migrar para outro país. (Turquesa)*

Diante desse contexto, a imigração é como uma “expulsão da população” de um país, por compreender que a pessoa é coagida a migrar diante do panorama coercitivo e de desamparo em que se encontram. Cruzar fronteiras torna-se a estratégia mais viável para viver, mesmo que ela seja repleta de medo do desconhecido, distante do lugar de segurança do sujeito e, portanto, com possíveis impactos psíquicos por sua involuntariedade (Martins-Borges, 2013).

Na perda do projeto de vida, ou seja, cisão com o projeto existencial que articulavam, há indícios de uma exponencial situação de precarização depois da crise e ao cruzar fronteiras para o Brasil por Roraima. Todos eles mencionaram não ter conhecimento do idioma português ao imigrarem, o que amplifica as dificuldades na chegada. O processo de interiorização envolveu a busca por trabalho, fato comum,

dado o diagnóstico de saturação do mercado de trabalho, falta de oportunidades e condições laborais precárias na divisa com Roraima (Capdeville, 2021).

No levantamento sociodemográfico, foram evidenciadas condições degradantes de viagens, que se aproximam de estudos sobre esta população na literatura (Carroll et al., 2020; Nascimento, 2021). Conhece-las traz luz à situação de vulnerabilidade as quais, já em terras brasileiras, eles são expostos desde o primeiro momento. Essas vulnerabilidades incluem não apenas as condições precárias de viagem, mas também a falta de suporte adequado ao chegarem, o que aprofunda ainda mais a situação de fragilidade e exclusão social vivida por esses indivíduos:

*Fiquei 3 dias dormindo na rodoviária com fome e frio, mas pensando que seria importante para minha família prosseguir. Depois de sete dias, me vi sujo, preto e olhei um pedreiro venezuelano trabalhando. Fui falar com ele e ele me ajudou. (Esmeralda)*

*Foi muito forte a entrada. Dormimos na rua até a polícia federal nos atender. Viajamos até a casa de um familiar da nossa igreja até nos instalarmos. (Safira)*

*Minha esposa veio primeiro e dormiu na rua. Ninguém confiava em ninguém. Para mim, era ruim conseguir emprego porque não falava a língua. Trabalhava uns dias aqui, outros dias ali. Eu pedia ajuda nas casas. Foi isso durante um mês. (Diamante)*

A opção pelo estado de SC apesar de seus mais de 5 mil quilômetros de distância, conforme afirma Nascimento (2021), está relacionado a esperança de acesso a qualidade de vida e empregabilidade por seus altos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Fazendo parte do escopo, o Município da microrregional de Blumenau que foi o contexto desta pesquisa, atraiu os participantes para trabalhos em organizações que giram a economia da cidade, que é predominantemente industrial. Além disso, a inserção possivelmente pode ser compreendida pela percepção de segurança, já que, diante todas as incertezas experienciadas no processo migratório, parece ser a alternativa mais precisa no momento.

A segunda unidade temática de análise, *o trabalho pós-migratório*, representa antes de tudo, um movimento pela reorganização da vida. Diante do impacto psíquico que os fez imigrar, “cuidar da família” é um objetivo que auxilia no enfrentamento das adversidades do contexto pós-migratório (Kehl & Fortes, 2019). Mesmo com a interrupção abrupta da carreira pré-migratória, a reorganização da vida acontece pelo único objetivo que parece importante agora, cuidar dos seus, daqueles que amam: *Trabalhar é cuidar da minha família. Uma melhor qualidade de vida para ela (filha). Apoiar meu filho que foi deixado na Venezuela. (Opala)*

Diante desse desafio, o sentido e realização possíveis via um trabalho digno se distancia da realidade destes trabalhadores, especialmente pela origem exaustiva das funções aos quais imigrantes parecem ser “destinados” (Autin et al., 2018; Loosemore et al., 2021; Rushworth & Hackl, 2021).

Safira, trabalhador que atuava em uma empresa petroleira antes de imigrar relata que atualmente recebe mercadorias: *“É em um lugar onde nós recebemos*

*mercadoria, componentes de peças. Nós recebemos essa mercadoria que chega lá, nós pesamos ela.*”. Também na área operacional, Opala menciona se sentir uma extensão da máquina: *“Hoje eu penso que sou uma extensão da máquina. Eu que tenho que acompanhar ela e não ela me acompanhar.”*. Seguindo o mesmo ramo, na linha produção os participantes Jade e Citrino, que atuavam em negócios familiares discorrem sobre seus trabalhos atuais: *“Agora eu sou operadora de máquina, daí eu boto botão, plaquinha e essas coisas. Faço a finalização das peças de roupas já prontas.”* e *“Eu alimento uma linha de produção. Eu abasteço a linha de produção.”*.

Rubi, que era líder de produção, menciona não se importar por agora operar uma máquina em linha de produção. Ela enfatiza que *“veio para isso”* e que *“vale a pena”* trabalhar aqui:

*Eu trabalho em linha de produção. Aqui o trabalho um pouquinho mais, mas eu não importa porque eu vim para isso. Para trabalhar. Eu trabalho onde seja. Ainda sim vale mais a pena trabalhar aqui, do que lá. Lá é muito caro, a moeda é bolivar. Tudo é vendido em dólar. É muito custoso a vida lá. (Rubi)*

Esses relatos permitem análises significativas sobre as mudanças laborais enfrentadas por esses trabalhadores. Metade deles, ou seja, quatro, estavam cursando ou já haviam concluído uma formação superior ao ensino médio, mas não conseguiram se realocar nas áreas em que construíam carreira no país de origem. Nesse contexto, fica evidente a inversão de preferências do empregador no mercado da Microrregional de Blumenau-SC. Há cem anos, os imigrantes do norte global germânico encontravam as “portas da frente” abertas; hoje, os imigrantes do sul global, que cruzam fronteiras, são destinados para a margem do mercado de trabalho, acessando apenas as “portas dos fundos”.

Os imigrantes involuntários acabam direcionados a ocupar postos aquém de sua qualificação, garantindo a sobrevivência no país de acolhimento. Essa realidade expõe impactos psíquicos significativos, configurando um fator de risco ampliado à saúde. O sofrimento resulta da desvalorização social e do desgaste físico, com o corpo sendo metaforicamente comparado a uma máquina “desgastada” pela repetição exaustiva de movimentos (Carreteiro, 2017). Dejours (2022) complementa essa visão ao descrever o sofrimento como fruto do choque entre uma história individual repleta de projetos e esperanças e um ambiente de trabalho que ignora essas aspirações. À medida que a demanda por produtividade aumenta, amplia-se o impacto negativo sobre a identidade no trabalho, especialmente em postos caracterizados por monotonia, repetição e submissão.

Essa situação de fragilidade não se limita à experiência de imigração, mas reflete também na precariedade socioeconômica, agravada pelo desafio de estar à margem do mercado de trabalho (Pussetti, 2009). Surge, assim, um paradoxo: diante da precarização e do desespero em garantir o básico, a involuntariedade segue marcando a vida dos imigrantes, agora também nas escolhas laborais no novo país. Para Castel (2009), a possibilidade de escolha está diretamente relacionada ao poder nas relações sociais, realidade distante para grande parte dessa população. Com pouco ou nenhum apoio em diversas esferas, as escolhas laborais dos imigrantes involuntários — parte da “classe que vive do trabalho” — são ditadas por contingências psicossociais, e não por decisões voluntárias. Assim, o trabalho em condições

distantes de uma experiência digna impacta diretamente não apenas a inserção socioeconômica, mas também a adaptação sociocultural desses trabalhadores.

## 5.2 OS IMPACTOS DO TRABALHO NA ADAPTAÇÃO SOCIOCULTURAL

A primeira unidade temática, *oportunidades de trabalho*, representa um dos três principais impactos para a adaptação sociocultural identificados pelos participantes. Esse tema foi ressaltado pelos participantes por viabilizarem meio de renda e esperança em um futuro melhor, atitude consonante ao quarto estágio de adaptação sociocultural, a “integração” (Berry, 2001):

*O migrante, quando chega um país, ele vai pela oportunidade, aquela que não aconteceu no país dele. Quando eu chega aqui, eu queria oportunidade de trabalhar, de crescer. (Safira)*

Mesmo que haja expressiva distância entre as carreiras pré e pós-migratória, a exemplo da fala de Safira, todos os participantes ainda referem à importância de os empresários regionais continuarem a oferecer trabalho para a população que imigra, ainda que operacional. Nisso remonta-se ao *trabalho pós-migratório*, ao demonstrar que, diante da necessidade de cuidar da sua família, o que importa é ter acesso a trabalho, mesmo que seja distante da carreira pré-migratória. A subalternidade das funções aos quais imigrantes são direcionados só reforça o histórico de desigualdades no contexto brasileiro e destacam mais um cenário de discriminação que distancia essa população da experiência de equidade e uma vida digna (OIT, 1999). Por mais que, a percepção dos participantes pareça em um estágio mais aderente ao de integração, o movimento da sociedade ainda parece atrelar-se a marginalização, dificultando continuamente a adaptação sociocultural dos participantes.

A hospitalidade disfarçada da segregação torna ainda mais frágil a inscrição na nova sociedade que é tomada como de acolhida, e isso, por sua vez, vulnerabiliza a situação de imigrantes ainda mais (Moro, 2015). Conforme este estudo mostrou até o momento, a dificuldade pela marginalização das oportunidades, inclusive de trabalhadores com escolarização superior, configura uma verdadeira “dança das cadeiras laborais”, na qual a música é regida pelo contexto socioeconômico e cultural do novo país, onde não é possível nem ao menos entrar no jogo e a desigualdade impera. Destarte, a busca de “um lugar” onde possa se reencontrar nas antigas projeções de si, depende não somente do esforço unilateral do imigrante, mas da sensibilidade e abertura das organizações de trabalho e além, da cultura que o acolhe.

Na segunda unidade temática, *suprimento das necessidades básicas*, destaca-se a remuneração que não viabiliza o exercício pleno da cidadania. Por suas características involuntárias, cabe lembrar que não houve mudança planejada e dinheiro guardado. A grande mobilização de esforço para custear a viagem, muitas vezes garantido pela venda de sua própria casa, carro e objetos de valor pessoal, equivaliu a toda estrutura financeira que tinham em seu país natal. No momento, tudo o que eles possuem foi construído aqui, no Brasil, e, portanto, é compreensível que isso seja relevante quando questionados sobre inclusão: as condições são básicas, mas, ainda assim, melhores do que experienciavam, ao menos do ponto de vista da subsistência mínima, como pode ser visto na fala:

*Consegui tudo o que tenho aqui agora, bem-estar para minha filha. Na Venezuela minha filha me pedia tênis. Eu não conseguiria compra lá. Aqui no Brasil eu tenho e posso dar a ela essa condição de vida melhor. A maior motivação para o trabalho, para se instalar é ter um filho. (Rubi)*

Diferente do poder de compra experienciado no contexto pré-migratório, no Brasil eles podem por meio do trabalho subsidiar suas necessidades básicas e adquirirem novamente bens que a crise socioeconômica e o movimento de cruzar fronteira os fez perder. No entanto, cabe endossar que a remuneração mencionada é apenas fator que impulsiona recursos concretos, como bens materiais. Em corroboração aos resultados observados por Barros e Martins Borges (2018), imigrantes involuntários desta pesquisa têm propensão a receber baixos salários, o que os faz restringir relações sociais que poderiam implicar estes recursos como os direitos ao “Lazer e a cidade”. Isto é referente a participação, construção e usufruto da cidade, ou seja, a busca da minimização da desigualdade que priva pessoas de acessar a espaços urbanos centrais (Lefebvre, 1991). Partindo dessa premissa, em um contexto no qual você é percebido pelo que têm, a remuneração para subsistência das necessidades básicas torna-se insuficiente. O acolhimento depende que a compensação pelo trabalho viabilize também a integração pela circulação na cidade de residência, por exemplo e para isso, mais do que qualquer remuneração é preciso que haja uma “remuneração para o exercício da cidadania” (Ferraro et al., 2018b; Marx, 1844).

A terceira e última unidade temática se refere a *aprendizagem do idioma* como potencializador da inclusão, especialmente por viabilizar a clareza na comunicação e assim, possibilidade de se expressarem: “*Eu não falava nada de português. Agora eu acho, eu acho que falo melhor. Mas consigo entender o que preciso. Trabalhar com brasileiros me ajudou.* (Esmeralda); e “*Eu compreendi mais e falei melhor o português para o sotaque daqui.*” (Safira). Em suma, todos participantes residem com pessoas que falam a língua nativa, parentes ou amigos do contexto pré-migratório, e por isso possuem um ciclo de relações e afeições homogêneos. Esse movimento também pode ser entendido como um meio de preservação da cultura do contexto pré-migratório que, neste caso, é representado pela vivência compartilhada do mesmo grupo e a manutenção da fala na língua materna (Rachéd & Legault, 2019). Portanto, o trabalho torna-se como um dos principais locais nos quais eles rompem o isolamento, especialmente ao lidar diretamente com o idioma local.

Na construção da linguagem simbólica do sujeito, a língua é integrante do desenvolvimento psíquico, além de ser o principal símbolo identitário de um determinado grupo. Por não dominar o português, há uma predisposição a falta de pertencimento e produção de sentido sobre o “mundo” que rodeia os participantes (Martins-Borges, 2013), atos que os distanciam de experiências de clareza e aceitação no ambiente de trabalho.

Destarte, apesar dos movimentos em prol da integração no novo país através da busca por oportunidades de emprego, utilização dos recursos financeiros em prol do seu estabelecimento e aperfeiçoamento da língua, o contexto parece não facilitar a integração prevista pela adaptação sociocultural (Berry, 2001). Não havendo diretrizes públicas específicas que regem o trabalho no setor privado, empresas que admitem em seu quadro de colaboradores esta população devem ter a ciência de que assumem a importante responsabilidade social de moverem-se pela integração, em estratégias voltadas para a diversidade cultural que incluem diferentes grupos étnico-

culturais, também chamado de “multiculturalistas”. Esse certamente seria um dos possíveis caminhos, atitudes, comportamentos ou ideologias para a adaptação de imigrantes involuntários, especialmente por advir da sociedade que os acolhe e não somente da motivação daquele que imigrou.

Segundo a OIT (1999), o trabalho deveria alcançar a todos que atuam em sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento, pois ele viabiliza que, junto ao crescimento econômico, se tenha a possibilidade de distanciar a pobreza de todos que trabalham, além de promover maior qualidade de vida. Por que então seria tão revolucionário ter práticas de gestão que viabilizassem a integração e sociedades mais multiculturalistas? É complexo ou apenas o é quando se fala do “imigrante involuntário”?

Uma possível resposta estaria observada nas análises de Sayad (2006), que destaca sobre o imigrante em situação de vulnerabilidade existir, quase exclusivamente, na interpretação da sociedade de destino em relação ao trabalho que ele é destinado, e certamente, não um trabalho em condições laborais e de vida dignas. A existência daquele que imigra involuntariamente, então, não tem sentido, significação ou razão senão para o trabalho, pelo trabalho e no trabalho que está a margem, aquém. Sem interesse em “perder” mão de obra qualificada e barata, também potencialmente não se interessaria em emancipar o imigrante involuntário mediante o seu trabalhar.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou identificar experiências de imigrantes involuntários venezuelanos no emprego formal que facilitam na adaptação sociocultural. Para tanto, realizou-se uma pesquisa empírica com oito (8) participantes que possuíam vínculo empregatício em indústrias de um Município da microrregional de Blumenau.

No que se refere à primeira categoria de análise, colocou-se em evidência os sentidos atribuídos ao trabalho no contexto pré-migratório, mais associados ao projeto de vida no país de origem. Na unidade temática pós-migratória, as evidências se aproximaram da relevância sobre o cuidado familiar, mesmo que isso significasse adentrar em atividades subalternas, tais quais as operacionais. Na categoria sobre os impactos do trabalho para a adaptação sociocultural, um conjunto de práticas de gestão foram percebidas como importantes: oportunidades de trabalho, mesmo que operacionais; o atendimento às necessidades básicas, mesmo que não haja remuneração para o exercício pleno da cidadania; e por fim, a aprendizagem do idioma, mesmo que por vias utilitaristas, no dia a dia.

Sendo assim, identificou-se uma experiência precária do “trabalhar” que retarda a integração, não apenas social e concreta, mas também psíquica. O fato de “ser imigrante” os aloca em uma posição à margem da sociedade, apesar de estarem já de dois (2) à cinco (5) anos em terras brasileiras. E por isso, diante de um cenário em que o básico ainda é negado (oportunidade de trabalho, remuneração digna e dialogar na mesma língua) a essa população, políticas de revalidação de diploma ou experiência profissional nem chegam a ser pauta quando o assunto é adaptação sociocultural.

Mesmo diante de tais achados, cabe ressaltar as limitações provenientes do processo de pesquisa. É fato que este estudo abarcou um número pequeno de participantes. Apesar do caráter qualitativo e que, portanto, não visou quantidades e

generalizações, se reconhece que escutar uma quantidade maior de pessoas permitiria explorar maior rede de percepções, tais quais emoções, sentidos e afetos presentes na interação psicossocial da relação pessoa-trabalho.

Este estudo contribui para reforçar a importância da criação e manutenção de políticas que facilitem a adaptação sociocultural para imigrantes involuntários pela via do trabalho. Políticas estas que encontram pleno apoio em um arcabouço jurídico que prevê e resguarda as organizações para que exerçam sua responsabilidade social para fins de reparação humanitária. Acrescenta-se a isso a importância de realização de pesquisas futuras que avaliem de forma profunda e longitudinal os impactos de práticas que sejam consonantes a condições dignas de trabalho, e por conseguinte, também facilitem a adaptação sociocultural para imigrantes involuntários no Brasil.

## REFERÊNCIAS

AUTIN, K.L.; DUFFY, R.D.; JACOBSON, C.J.; DOSANI, K.M.; BARKER, D.; BOTT, E.M. Career development among undocumented immigrant young adults: a psychology of working perspective. **Journal of Counseling Psychology**, v.65, n.5, p.605, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/cou0000280>. Acesso em: 15 set. 2022.

BARDIN L. **L'Analyse de contenu**. [Análise de conteúdo]. Paris: PUF, 1977.

BARROS, A. F. O.; MARTINS-BORGES, L. Reconstrução em movimento: impactos do terremoto de 2010 em imigrantes haitianos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.38, p.157-171, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-370300312016>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BERRY, J.W. *A psychology of immigration*. **Journal of Social Issues**, v. 57, n.3, p.615-631, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/0022-4537.00231>. Acesso em: 20 jan. 2022.

BLUSTEIN, D. L. *The psychology of working: a new perspective for a new era*. Em: BLUSTEIN, D.L. (ed.). **The Oxford handbook of the psychology of working**. New York: Oxford University Press, 2013, p.3-18.

CAPDEVILLE, J. de S. e. **Llegar, estar y salir: da Venezuela ao Brasil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41974>. Acesso em: 20 jul. 2022.

CAPISTRANO, V.L.V. **O mundo do trabalho dos(as) migrantes venezuelanos(as) que vivem na Paraíba**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22100>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CARRETEIRO, T. A doença como projeto: uma contribuição à análise de formas de afiliações e desfiliações sociais. Em: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.

CARROLL, H.; LUZES, M.; FREIER, L.F.; BIRD, M.D. The migration journey and mental health: evidence from Venezuelan forced migration. **SSM – Population Health**, v.10, p.100551, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2020.100551>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CASTEL, R. **La montée des incertitudes: travail, protections, statu de l'individu**. Paris: Seuil, 2009.

CIPRIANI, R. L.; FERRARO, T. ODERICH, C. L. Decent work, and satisfaction with work and life in managers. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v.21, n.3, p.1548-1559, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/rpot/2021.3.21635>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CUNHA, M.P.; MACHADO, N. N.; BOSSARDI, C.N.; AZEVEDO, I.C. Fatores de risco e proteção para imigrantes venezuelanos: papel das políticas públicas. **Revista Subjetividades**, v.24, n.1, p.1-14, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v24i1.e13560>. Acesso em: 17 nov. 2024.

DEJOURS, Christophe. **Trabalho vivo, v. 2: Trabalho e emancipação**. Editora Blucher, 2022.

FERRARO, T.; MOREIRA, J.M.; SANTOS, N.R.; PAIS, L.; SEDMAK, C. Decent work, work motivation and psychological capital: na empirical research. **Work: Journal of Prevention, Assessment & Rehabilitation**, v.60, n.2, p.339-354, 2018a. Disponível em: <https://doi.org/10.3233/WOR-182732>. Acesso em: 21 ago. 2022.

FERRARO, T.; PAIS, L.; MOREIRA, J.; SANTOS, N.R.D. Decent work and work motivation in knowledge Workers: the mediating role of psychological capital. **Applied Reserach in Quality of Live**, v.13, n.2, p.501-523, 2018b. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11482-017-9539-2>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FERRARO, T.; PAIS, L.; SANTOS, N.R.; MOREIRA, J.M. The decent work questionnaire (DWQ): development and validation in two samples of knowledge workes. **International Labour Review**, 2018c. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ilr.12039>. Acesso em: 10 dez. 2021.

FERREIRA, A.V.S; LODETTI, M.B.; BORGES, L.M. Recomeço: o sofrimento psíquico na imigração involuntária e a política de inclusão nas universidades brasileiras. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v.29, p.141-158, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006309>. Acesso em: 21 ago. 2022.

FONTANELLA, B.J.B.; RICAS, J.; TURATO, E.R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, v.24, p.17-27, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>. Acesso em: 30 set. 2023.

JUNGER DA SILVA, G.; CAVALCANTI, L.; LEMOS SILVA, S.; DE OLIVEIRA, A.T.R. **Observatório das Migrações Internacionais**. Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2024.

KEHL, M.; FORTES, M. I. De uma clínica do refúgio: violência, trauma e escrita. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, v.22, n.3, p.520-539, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2019v22n3p520.7>. Acesso em: 10 agos. 2022.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LOOSEMORE, M.; ALKILANI, S.Z.; HAMMAD, A. W. The job-seeking experiences of migrants and refugees in the Australian construction industry. **Building Research & Information**, p.1-18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09613218.2021.1926215>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MARTINS-BORGES, L. Migração involuntária como fator de risco à saúde mental. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v.21, n.40, p.151-162, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4070/407042017009.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 1844.

MOCELIN, D. G. Redução da jornada de trabalho e qualidade dos empregos: entre o discurso, a teoria e a realidade. **Revista de Sociologia e Política**, v.19, p.101-119, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000100007>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MOREIRA, J.G.R.N.; MASCARENHAS, I.P.; DE OLIVEIRA, C.E.S.P.; SILVA, B.R.; NERY, G. Psicologia Social e a questão dos povos imigrantes/refugiados: desafios teóricos, metodológicos e técnicos do fazer psicologia e ser psicólogo. **Revista Contemporânea**, v.3, n.12, p.25815-25836, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.56083/RCV3N12-056>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MORO, M. R. Psicoterapia transcultural da migração. **Psicologia USP**, v.26, p.186-192, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140017>. Acesso em: 10 set. 2023.

NASCIMENTO, V.N.D. **Reconstruindo uma nova casa: impactos psicológicos da imigração involuntária em mulheres imigrantes residentes na região da Grande Florianópolis**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229232>. Acesso em: 09 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES [OIM]. **Monitoramento do Fluxo Migratório Venezuelano**. Ministério dos Direitos Humanos, Brasil

Governo Federal, 2018. Disponível em:  
[https://migration.iom.int/sites/default/files/public/reports/MDH\\_OIM\\_DTM\\_Brasil\\_N1\\_0.pd](https://migration.iom.int/sites/default/files/public/reports/MDH_OIM_DTM_Brasil_N1_0.pd). Acesso em: 09 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. **Memorial do diretor geral: Trabalho Decente**. 87ª reunião. Genebra: Conferência Internacional do Trabalho, 1999. Disponível em:  
<http://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm>. Acesso em: 20 mar. 2022.

POUYAUD, J. For a psychosocial approach to decente work. **Frontiers in Psychology**, v.7, p.422, 2016. Disponível em:  
<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.00422>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PUSSETTI, C. Corpos em trânsito e sofrimento psíquico. Em: PUSSETTI, C. FERREIRA, J.F., LENCHER, E.; SANTINHO, C. **Migrantes e saúde mental: a construção da competência cultural**. Portugal: Princípia, 2009, p.99-115.

RACHÉDI, L.; LEGAULT, G. Le modele interculturel systémique: considérer les contextes. Em: RACHÉDI, L.; TAÏBI, B. **L'intervention interculturelle**. Montréal (Québec): Chenelière education, 2019. P.45-60.

RUSHWORTH, P.; HACKL, A. Writing code, decoding culture: digital skills and the promise of a fast lane to decent work among refugees and migrants in Berlin. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, p.1-17, 2021. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1080/1369183X.2021.1893159>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Ed Edusp, 2001.

VAN LANGENHOVE, L.; HARRÉ, R. Positioning and autobiography: telling your life. Em: COUPLAND, N.; NUSSBAUM, J.F. **Discourse and Lifespan Identity**. London: Sage, 1993, p.189-205.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v.44, p.203-220, 2014. Disponível em:  
<https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Acesso em: 10 fev. 2022.